



Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e Projeto Final de Assentamento do PA Itatiaia

Anotação de Responsabilidade Técnica
PA ITATIAIA

Coordenação

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira

Biólogo

CRBio-04 – 37446-4P

11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA ITATIAIA

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade,

Desenvolvimento e Agricultura

Cobertura Vegetal e Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutor em Ciência dos Solos

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutorando em Engenharia Agrícola

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)	6
1.1.	DENOMINAÇÃO DO PA	6
1.2.	ANO DE CRIAÇÃO	6
1.3.	DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS	6
1.4.	NÚMERO DE FAMÍLIAS	6
1.5.	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (MAPA 1)	6
1.6.	ÁREA	6
1.7.	PERÍMETRO	6
1.8.	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	7
1.9.	SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	7
1.10.	PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADA (MAPA 2)	7
1.11.	LIMITES	7
2.	HISTÓRICO DO PA	8
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA	12
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO	12
3.1.1.	Clima	12
3.1.2.	Geologia/formações superficiais	13
3.1.3.	Geomorfologia/relevo	13
3.1.4.	Solos e ambientes	14
3.1.5.	Recursos hídricos	15
3.1.6.	Vegetação nativa	20
3.1.7.	Fauna silvestre	23
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	33
3.2.1.	Organização territorial atual	33
3.2.2.	Unidades produtivas (lotes), as áreas de uso comunitário, de áreas de plantio coletivo áreas de preservação ambiental	35
3.2.3.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	37
3.2.4.	Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção	41
3.3.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO	42
3.3.1.	População	42
3.3.2.	Moradia e saneamento	42

3.3.3. Captação e abastecimento de água e energia.....	44
3.3.4. Saúde.....	44
3.3.5. Estradas e transporte.....	45
3.3.6. Educação.....	45
3.3.7. Organização social e econômica.....	46
3.3.8. Relação com o poder público local, estadual e federal e com entidades de classes, igrejas, ong's etc.....	46
4. LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL.....	48
4.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES.....	48
4.1.1. Da organização territorial.....	48
4.1.2. Da Construção de Infra-Estrutura.....	49
4.1.3. Dos sistemas produtivos e de uso e manejo dos recursos naturais.....	49
5. APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS.....	56
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS.....	58
5.1.1. Posto de saúde e educação.....	58
5.1.2. Educação ambiental com ênfase na questão do lixo.....	59
5.1.3. Assistência técnica.....	61
5.1.4. Fiscalização Ambiental (IEF/IBAMA/Polícia Florestal).....	61
5.2. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA.....	61
5.2.1. Estradas.....	62
5.2.2. Energia elétrica.....	64
5.2.3. Saneamento básico.....	65
5.2.4. Uso e distribuição da água.....	67
5.2.5. Barragem.....	70
5.2.6. Tratamento de água.....	70
5.3. MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	71
5.3.1. Recursos hídricos.....	71
5.3.2. Solos.....	71
5.3.3. Vegetação.....	75
5.3.4. Fauna.....	80
5.3.5. Delineamento do Projeto Final do PA Itatiaia.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
ANEXOS.....	85

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. DENOMINAÇÃO DO PA

Projeto de Assentamento Itatiaia.

1.2. ANO DE CRIAÇÃO

2001.

1.3. DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS

- Município: João Pinheiro, MG;
- Microrregião: Paracatu;
- Macrorregião: Noroeste de Minas;
- Região Administrativa de Minas Gerais: Noroeste.

1.4. NÚMERO DE FAMÍLIAS

38.

1.5. IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO)

O Assentamento Itatiaia está localizado a 29 km da sede do município, de João Pinheiro. O acesso dá-se pela BR 040, sentido Paracatu. Percorrendo 14 km até a localidade denominada Ruralminas, entrar á direita e percorrer mais 7 km até o segundo mata - burro, onde inicia a área do imóvel.

1.6. ÁREA

2.079,0000 ha.

1.7. PERÍMETRO

21.505,56 m.

1.8. COORDENADAS GEOGRÁFICAS

As coordenadas geográficas da sede do Assentamento são: 364.642 e 8.054.649m.

1.9. SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

- Bacia Federal: Rio São Francisco;
- Sub-Bacia Federal: Rio Paracatu;
- Sub-bacia Estadual: Rio Verde.

1.10. PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADA (MAPA 2 - PLANTA DO IMÓVEL)

1.11. LIMITES

Na região onde se localiza o PA Itatiaia não existem unidades de conservação nem reservas indígenas. Nesta área predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na pecuária irrigada de grãos, principalmente feijão, soja e milho. Em virtude do padrão de uso das terras na região, observa-se, nos últimos 10 anos, intensificação do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra e o aumento do número de assentamentos rurais. No município de João Pinheiro existem, atualmente, cerca de sete projetos de assentamentos rurais conduzidos pelo INCRA, além de dois empreendimentos do Banco da Terra, envolvendo cerca de 60 famílias.

- **Norte:** Vereda do Freio e Vereda da Garrota Brava.
- **Sul:** Rômulo de Tal e Benedito Carioca.
- **Leste:** Vereda de Garrota Brava.
- **Oeste:** José Eduardo Mendonça

2. HISTÓRICO DO PA

A história das mobilizações pela reforma agrária no noroeste de Minas Gerais está associada às conseqüências da estratégia de desenvolvimento adotada para aquela região desde a década de 60, quando se deu prioridade para o desenvolvimento agrícola, favorecendo a concentração de terras e diminuindo o espaço agrário ocupado por pequenos agricultores e trabalhadores rurais, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, entre outros. Essa estratégia é responsável pelas profundas modificações ocorridas sobre diferentes formas de vida no meio rural, causadas principalmente pelas restrições ao acesso à terra, pela proletarização e assalariamento temporário, e pela grande migração na área em busca de alternativas de trabalho (Torres, 2000).

As mobilizações populares são conseqüência da política de modernização da agricultura brasileira, cuja opção foi implantar grandes áreas produtoras destinadas à pecuária e à produção de grãos, financiadas a partir de políticas governamentais, como o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas (PLANOROESTE), criado pelo governo estadual para promover o engajamento do noroeste mineiro à política de modernização agrícola e produção para exportação já implantada no País. A responsabilidade pela implantação desse programa foi atribuída à Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), criada em 1966. Desse programa, resultará um plano de colonização dirigida, com o objetivo de inserir na região atividades agropecuárias e agroindustriais. Este projeto foi responsável pela criação de núcleos de colonização no município de João Pinheiro, sendo que a princípio, sua atuação se limitou à região noroeste, mas depois se estendeu a outras regiões do estado. Outro programa governamental voltado para a promoção do desenvolvimento do Cerrado foi o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO, criado com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias nos Estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e incorporar 3,7 milhões de hectares à área agrícola nacional entre 1975 e 1979. Um terceiro programa governamental voltado para a região foi o PRODECER, executado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). Esse programa foi responsável pela realização de projetos de colonização nos municípios de Paracatu, Coramandel e Iraí de Minas (Torres, 2000).

Essas políticas foram responsáveis por uma desestruturação do setor agrário regional que, por sua vez, resultou na organização social de desempregados ou expropriados da zona rural, em mobilizações pela reforma agrária. A princípio, os trabalhos de organização dos trabalhadores na luta por seus direitos tiveram como principal articulador a Igreja Católica, por intermédio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Trabalhos que resultaram na formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. São esses os principais atores sociais envolvidos no processo de criação dos assentamentos na região.

Segundo Castro (1997), no município de João Pinheiro, a mobilização por reforma agrária deu-se a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do pólo da FETAEMG que, em meados da década de 80, influenciados pela proposta do I PNRA, ampliaram as discussões da luta pela terra que ultrapassaram a resistência de antigos moradores rurais, passando a atuar também nas periferias da cidade, envolvendo trabalhadores rurais e urbanos, numa luta que resultou na desapropriação da Fazenda Fruta D'anta e na formação do Assentamento em 1986.

Essa conquista serviu como referência para tantas outras mobilizações por acesso à terra, intensificadas a partir dessa época e que, muitas vezes, resultaram na formação de assentamentos rurais. A efervescência das mobilizações por reforma agrária, que deu origem à organização sindical na região, foi oportuna para a formação de outros grupos de luta por reforma agrária, que não se encontravam vinculados à organização sindical, ou a movimentos sociais organizados.

De acordo com os entrevistados, o processo de formação do Projeto de Assentamento iniciou em agosto 1999, quando um grupo de cerca de 40 famílias, provenientes da periferia de João Pinheiro, ocupou a Fazenda Macaúba, localizada nesse município. Este grupo era composto por desempregados urbanos e rurais, em sua maioria oriundos do meio rural, onde trabalhavam como vaqueiros, meeiros, parceiros, arrendatários etc. Sua mobilização inicial deu-se pelo incentivo de uma senhora, D. Lourdes, que era ligada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de João Pinheiro. Depois que as famílias se encontravam acampadas, começaram a surgir fortes divergências políticas e pessoais entre duas lideranças: uma delas era vinculada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e a outra mantinha contatos mais próximos com um vereador da cidade, membro do Partido da Frente Liberal (PFL). Essas divergências foram promotoras da ruptura entre o grupo que concordava com a atuação do Sindicato e outro que discordava dos encaminhamentos propostos pela organização sindical. O segundo grupo, liderado pelo Senhor Elvécio, atual presidente da Associação do Projeto de Assentamento Itatiaia, resolveu sair da Fazenda Macaúba e, de forma "independente" (denominação que eles atribuem por não terem vínculos com a organização sindical) ir em busca de outra área onde pudessem ser assentados. Foi então que cerca de 40 famílias saíram da Fazenda Macaúba indo para a Fazenda Ribeirão. De acordo com os entrevistados, a ocupação dessa área deu-se apenas com o intuito de pressionar o INCRA a assentar logo todas aquelas famílias, pois, sabiam que a área não era passível de desapropriação por tratar-se de uma reserva do projeto de colonização feito pelo RURALMINAS. Nesse período, o grupo chegou a ser composto por 140 famílias.

Ao observar que a estratégia adotada não havia surtido o efeito desejado, o grupo resolveu ocupar a Fazenda São Jerônimo, propriedade da Siderúrgica Itatiaia. Essa fazenda era constituída de uma área de cultivo de eucalipto, que estava abandonada há cerca de 15 anos e por tratar-se de uma área passível de desapropriação, foi proposto pelo INCRA que as famílias se retirassem da mesma, para que pudesse ser encaminhado o processo de vistoria e desapropriação. Nesse momento, as famílias retornaram para a Fazenda Ribeirão e durante os encaminhamentos do processo de desapropriação, o grupo cresceu chegando a 300 famílias, que viam nessa mobilização a oportunidade de conquistar um pedaço de terra, onde pudessem produzir para a garantia do próprio sustento.

Devido ao grande número de famílias, o grupo resolveu procurar uma fazenda maior, onde todas elas pudessem ser assentadas, o que aconteceu quando decidiram ocupar a Fazenda Mineira. Porém, ao serem informados de que o INCRA não faria a desapropriação dessa Fazenda, retornaram para a Fazenda São Jerônimo, em novembro 2002, quando a área já havia sido desapropriada. Contudo, com a desapropriação da Fazenda São Jerônimo, houve um impasse para o grupo, pois, na área de 2.100 ha, as avaliações realizadas pelo INCRA, estabeleciam uma capacidade de assentamento de apenas 30 famílias no universo de 140 que faziam parte da ação.

Diante disso, uma das preocupações levantadas pelo presidente da associação foi em relação a falta de clareza dos diretores da mesma, em relação aos critérios adotados para a escolha das famílias a serem assentadas. Para ele, esta ação caberá ao INCRA, justificando que, se o próprio órgão fizer a seleção, estará evitando conflitos e embates pessoais entre os diretores da associação e os sócios, haja vista que, atualmente, existem cerca de 40 famílias que estão residindo na área em barracos construídos com palhas de Buriti. Outras fizeram seus ranchos, mas continuam morando na cidade, e fazem-se presentes nas reuniões da associação realizadas mensalmente. Cerca de 120 famílias costumam participar das reuniões, todas elas na perspectiva de serem assentadas em um dos lotes. Na Figura 1 é mostrada a parte da vila construída pelos assentados.

Apesar do decreto de criação do Itatiaia ter sido publicado em 2002, as pessoas que lá habitam ainda se encontram em situação de acampamento; já houve a seleção dos beneficiários e elaboração do anteprojeto



FIGURA 1. Vista parcial da vila construída pelos assentados.

de parcelamento, que se encontra em fase de implantação. Até o momento, as famílias tiveram acesso apenas ao Crédito de Apoio, estando aguardando a aprovação do PDA – Plano de Desenvolvimento Sustentável, para terem acesso ao Crédito Habitação e aos créditos de investimento do Pronaf.